



XXXII Encontro de Jovens Pesquisadores

e XIV Mostra Acadêmica
de Inovação e Tecnologia



DIREITO INTERNACIONAL DO MAR: UMA ANÁLISE À REGULAÇÃO DOS RECURSOS GENÉTICOS EM ALTO MAR

Autores: Emerson Tunes Pereira, Camylli Vitoria Lazzaron, Verônica Carvalho Guterres,
Orientador: Ma. Poliana Lovatto

INTRODUÇÃO / OBJETIVO

O Direito Internacional do Mar enfrenta desafios na definição de responsabilidades ambientais pela exploração de recursos genéticos em alto mar. A crescente demanda pode levar a práticas insustentáveis, agravadas pela escassez de dados e falta de métricas globais. Este estudo avalia a efetividade do Acordo BBNJ na delimitação de responsabilidades por danos ambientais. A exploração desses recursos oferece potencial para descobertas, mas apresenta riscos significativos para a biodiversidade marinha. Sem um marco regulatório robusto, práticas insustentáveis podem causar danos irreversíveis aos ecossistemas. A implementação do Acordo BBNJ é crucial para uma exploração responsável e sustentável, contribuindo para políticas mais eficazes na governança dos oceanos.



Fonte: GREENPEACE. Por que oceanos protegidos nos ajudam a conter as mudanças climáticas. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/por-que-oceanos-protegidos-nos-ajudam-a-conter-as-mudancas-climaticas/>. Acesso em: 16 jun. 2024.

MATERIAL E MÉTODOS

A abordagem analítico-normativa examina tratados como a UNCLOS e o Acordo BBNJ, destacando o princípio da precaução e a participação de atores não estatais na proteção de recursos genéticos marinhos. O princípio da precaução promove medidas preventivas diante de incertezas científicas, enquanto a participação de atores não estatais reforça a implementação eficaz das normas. A análise identifica lacunas e oportunidades para melhorar a proteção ambiental e a gestão sustentável dos recursos marinhos. A pesquisa exploratória e bibliográfica é essencial para compreender questões ambientais marítimas, revisando conferências da ONU e literatura acadêmica. Estudos de casos específicos, como a bioprospecção marinha, analisam impactos ambientais e exploratórios, oferecendo insights cruciais para políticas e práticas de gestão e conservação marinha.

RESULTADOS

As conclusões preliminares indicam que o Acordo BBNJ é um marco no Direito Internacional do Mar, estabelecendo um quadro jurídico para a conservação e uso sustentável da biodiversidade marinha em alto mar. Este avanço regulatório introduz mecanismos de responsabilização internacional, obrigando os Estados signatários a proteger o meio ambiente marinho, com possibilidade de sanções em caso de descumprimento. A implementação do acordo proporciona uma proteção mais robusta à biodiversidade marinha, mas enfrenta desafios como a escassez de dados e a falta de métricas globais padronizadas. A pesquisa destaca a necessidade de cooperação internacional para compartilhar dados e desenvolver padrões globais. Além disso, o Acordo BBNJ influencia a política e legislação ambiental nos níveis nacional e internacional, promovendo o desenvolvimento de leis alinhadas com os objetivos de conservação marinha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As conclusões preliminares sugerem que o Acordo BBNJ representa um progresso significativo na proteção do meio ambiente marinho e na responsabilização por danos ambientais decorrentes da exploração de recursos genéticos em alto mar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HAECKEL, M.; VINK, A.; JANSSEN, F.; KASTEN, S. **Environmental Impacts of Deep Seabed Mining. New Knowledge and Changing Circumstances in the Law of the Sea**. The Netherlands: Brill Nijhoff, 2020.

TANAKA, Yoshifumi. **Reflections on the Conservation and Sustainable Use of Genetic Resources in the Deep Seabed Beyond the Limits of National Jurisdiction, Ocean Development & International Law**, London, n. 39, p. 129-149, 2008.

TANAKA, Yoshifumi. **The International Law of the Sea**. Cambridge: University Press, 2012.

UNITED NATIONS. **Draft agreement under the United Nations Convention on the Law of the Sea on the conservation and sustainable use of marine biological diversity of areas beyond national jurisdiction**. Disponível em: <https://www.un.org/bbnj/sites/www.un.org/bbnj/files/draft_agreement_advanced_unedited_for_posting_v1.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2024.

APOIO